

LOSURDO, Domenico. *A luta de classes: uma história política e filosófica*. Tradução Silvia de Bernardins. - 1ª. ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.

Autores: Rodolfo Sanches  
Luiz Alexandre Barbosa Pinto Jr.<sup>1</sup>

O filósofo italiano Domenico Losurdo é, sem dúvida, um dos mais relevantes pensadores marxistas contemporâneos. Ainda vivo e com uma vasta biografia e bibliografia, sua obra nos permite ter acesso à imensidão de debates que diz respeito, especialmente, aos adeptos da teoria marxiana e marxista. Assim ela transita desde debates específicos da tradição marxista, como aquele que diz respeito à relação da democracia com o fenômeno do *bonapartismo*, até análises acuradas do discurso do Império estadunidense na sua pretensão de dominação global<sup>2</sup>.

Neste texto iremos nos debruçar sobre uma de suas obras mais recentes lançadas no Brasil. Trata-se do livro “*A luta de classes: uma história política e filosófica*” publicada pela Boitempo em 2015. O livro em questão, assim como os demais, é de uma profundidade teórica de grandes proporções e traz à tona uma ampla quantidade de temáticas que são caras ao pensamento marxista e ao movimento socialista internacional. Não obstante, a polêmica é constante e está permeada em todo o livro. Aqui nos ateremos a algumas delas por motivos óbvios.

Entendemos que muitas das polêmicas lançadas por Losurdo tem como epicentro a sua posição acerca da categoria marxiana de luta de classes. Desde o início já deixa explícito seus profundos questionamentos sobre a leitura “binária” da luta de classes que, em essência, compõe aquelas cujo fundamento está no entendimento desta como expressão somente do embate entre a burguesia e o proletariado.

De acordo com suas formulações, Losurdo resgata inúmeros trechos d’*O Manifesto do Partido Comunista*, mas principalmente um que diz que a luta de classes possui expressões diversas. Esta consideração é central para suas ponderações na medida em que se contrapõe diretamente ao fulcro teórico-político dos defensores da leitura “binária”. Em seu entender, a demonstração atual destes defensores está representada naquilo que ele chama de “populismo”, isto é, aqueles que atualmente permanecem orientando-se segundo a lógica do “ascetismo universal” e do “rude

---

<sup>1</sup> Os autores possuem graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá e são Mestres pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp/FFC – Marília. email: [rodolfosanches.sociais@gmail.com](mailto:rodolfosanches.sociais@gmail.com) e [labpjr@gmail.com](mailto:labpjr@gmail.com).

<sup>2</sup> Referimo-nos aqui, principalmente, às obras; *A Linguagem do Império*, Boitempo, 2010; e *Democracia ou bonapartismo*, Editora Unesp, 2004;

igualitarismo”, em que pesa sobre os pobres e oprimidos a condição de únicos depositários de autênticos valores morais capazes de conduzir uma luta de classes realmente emancipadora.

Desta forma, os elementos aos quais se refere Losurdo, tem como reivindicação geral, e central, chamar a atenção do movimento socialista internacional e do pensamento marxista contemporâneo sobre a complexificação da luta de classes. Em todos os momentos do livro em que ele se atenta para o debate da “questão nacional”, da diferenciação entre “lutas por reconhecimento” e “lutas por distribuição”, o faz para insidiar um papel outro à estas lutas.

A composição da luta de classes, diante das diversas formas que pode assumir/expressar, está em três âmbitos: no plano internacional, nacional e doméstico/lar. É a partir disto que suas reflexões são, em certo sentido, destinadas a dar peso à uma grandiosa divergência entre organizações socialistas e correntes do pensamento marxista. Contudo, sua posição é de que validar-se sob a lógica de que as lutas, de reconhecimento e distribuição, não possuem, necessariamente, uma hierarquia pré-estabelecida, mas ela é determinada de acordo com as condições objetivas do momento em questão. O papel do pensamento marxista contemporâneo e das organizações socialistas é achar a justa posição das mediações existentes entre as lutas “isoladas” dentro destes três âmbitos já descritos e dar uma vazão unificada com vistas a insurgir-se em uma única luta.

Temos o entendimento de que toda crítica de tamanha magnitude sempre está acompanhada de uma dialética composição: de um lado, o momento da crítica destrutiva, ou, se se preferir, do desmonte da teoria a ser avaliada; e, de outro, o momento da proposição crítica, ou seja, aquele orientado a reposicionar as peças teóricas oferecendo, assim, uma nova leitura teórica da história. Faremos da seguinte forma: apresentaremos a crítica da leitura “binária” como fulcro central e refletiremos sobre a crítica ao “idealismo da práxis” como o momento destrutivo da crítica, pois na teoria do autor este é um dos aspectos mais insidiosos sobre o movimento revolucionário e pensamento marxista; em seguida exporemos, mediante a apresentação de dois casos históricos, a releitura da história que nosso autor fará sob a ótica da leitura “não-binária” da luta de classes.

## I

De modo geral, o livro de Losurdo foi concebido como uma maneira de chamar a atenção da teoria social marxista sobre as “diferentes formas de lutas de classes” que

se entrelaçam de maneira contraditória no interior do devir histórico. Para o autor, Marx e Engels elaboram, de fato, uma “teoria da luta de classes” que se desdobra em uma “teoria geral do conflito social”, onde a “articulação da divisão social do trabalho” com a “ordem social” estabelece a base para a formação de conflitos entre diversos “sujeitos sociais”. É possível a partir daí, inclusive, identificar uma certa tipologia desses conflitos, que se dividem em: “conflitos entre as classes exploradoras” – no caso, conflitos intra e interburgueses, ou até conflitos entre aristocracia e burguesia – e “lutas por emancipação” – onde se congregam as lutas de três planos distintos: no plano internacional as *lutas por libertação nacional* e contra o colonialismo; no plano nacional as *lutas entre capital e trabalho*; e no plano familiar a *luta pela emancipação das mulheres*. (LOSURDO, 2015, p.63-67) Às três lutas por emancipação elencadas pelo filósofo italiano podem se agregar outras, como as lutas contra o racismo e pela abolição da escravidão, as lutas por melhores condições de vida e de trabalho, etc. O essencial, que aglutina todas essas lutas em uma unidade nas lutas de classes, é que elas necessariamente colocam em discussão a “divisão do trabalho” no interior do capitalismo e clamam pela “superação da desumanização” constitutiva da sociedade burguesa. (*Ibidem*, p. 104)

No entanto, a questão principal, para o autor, é de que tal complexidade das lutas de classes nem sempre foi bem compreendida pela longa trajetória do movimento comunista nos séculos XIX e XX. Losurdo argumenta que frequentemente essas diversas lutas se entrelaçam no processo histórico, criando um complexo contraditório das lutas de classes, que não pode ser reduzido a um determinado “estado puro”, onde somente conflitam burgueses e proletários. Diversos exemplos históricos são utilizados pelo marxista italiano para demonstrar que a “questão nacional” e a “opressão das mulheres” também são partes constitutivas da luta entre as classes, na medida em que se introduzem no interior dos conflitos sociais fundados no plano mundial pelo advento do modo de produção capitalista. Um bom exemplo, dentre tantos utilizados pelo autor, são as contradições colocadas pela Primeira Guerra Mundial para a luta socialista. Ao mesmo tempo em que ela significa o acirramento da contradição entre Capital e Trabalho no interior de alguns países, como a Alemanha e a própria Rússia, ela também significava um conflito internacional que envolvia tanto a disputa entre os países imperialistas entre si, quanto a subordinação dos “povos coloniais”. (*Ibidem*, p. 65)

Nesse sentido, o final da guerra coloca um dilema para os revolucionários russos. Não apenas eles precisam, internamente, garantir a continuidade do poder

proletário, como também precisam garantir, no jogo de forças internacional, a manutenção da integridade econômica, política e territorial de sua nação. A “questão nacional”, diz Losurdo, se cruza com a “questão social” e impõe às forças revolucionárias a necessidade de se posicionar não apenas no conflito interno de sua nação, mas também no conflito internacional.

Nesse plano as coisas se complexificam, pois, se é certo que o desenvolvimento social, político e econômico dos diferentes Estados-Nação obedece a um ritmo desigual, as lutas entre as classes nas diferentes nações também estão em estágios diferenciados. A predominância das relações sociais de produção capitalistas estabelece o surgimento de novas classes. Nela, com o desenvolvimento da indústria e do mercado, a riqueza “perde seu significado político” o que se reflete na concretização de um determinado grau de emancipação do trabalho, o surgimento do “trabalho livre”. (*Ibidem*, p.72)

A miséria é relegada à esfera privada, à esfera do indivíduo, da família, da sociedade civil, enquanto que no âmbito jurídico-político, no âmbito do Estado, ela supõe-se abolida. O livre-comércio, o desenvolvimento das trocas de mercadorias ao poucos joga para segundo plano o papel das nacionalidades no interior das relações de produção, tal como previam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.<sup>3</sup> Mas mesmo assim, no plano internacional continuam existindo desigualdades entre os Estados-Nação, pois o grau de desenvolvimento da indústria e das forças produtivas passa a ser contraditório entre os países, criando disputas entre as diversas burguesias nacionais, tanto em torno de mercados consumidores, quanto de áreas de influência. De forma que se desenvolve, também, entre os países um determinado tipo de “desigualdade”, que Losurdo acredita ser igualmente uma contradição própria da luta de classes.

A “questão nacional”, assim, se manifesta tanto nas lutas de “libertação nacional”, que ocorrem no interior das colônias, sendo expressão de um processo de emancipação não reduzível à contradição capital e trabalho, como na luta pelo desenvolvimento econômico dos países atrasados, combatendo o jugo e a dominação dos países imperialistas dentro da divisão internacional do trabalho. Portanto, se a luta

---

<sup>3</sup> “Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo. /.../ No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações”. (MARX & ENGELS, 2010, p. 43)

de classes se desenvolve no interior de cada formação social, reproduzindo a contradição entre Capital e Trabalho, o papel econômico que determinada formação social cumpre no interior das relações de produção planetárias, também é parte dessa luta de classes.

É preciso que fique claro que no interior dessa leitura geral há um posicionamento do filósofo italiano sobre o processo histórico das lutas sociais (ver parte II). E é justamente uma crítica a determinada leitura que considera a luta de classes somente do ponto de vista da “lógica binária” da contradição entre burgueses e operários. (*Ibidem*, p. 121) Sob essa lógica, diz Losurdo, supõe-se que as classes, em cada formação nacional e em escala planetária, são cada vez mais simplificadas em torno da contradição entre burgueses e proletários, o que empobrece as mediações necessárias de serem consideradas no interior da luta revolucionária.

Duas são as consequências dessa visão, para nosso autor. A primeira delas é considerar que o acirramento das contradições entre capital e trabalho gera, através da “imediate evidência sensível” (*Ibidem*, p. 132) uma consciência revolucionária no proletariado. Nesse sentido, as possibilidades de que a concorrência entre trabalhadores e de que as ideologias das classes dominantes dificultassem o processo de formação da consciência na classe trabalhadora é subestimada. A segunda consequência decorre imediatamente daí, pois resulta em uma estratégia de luta que ignora o processo histórico de acirramento das lutas e de formação da consciência de classe nas diferentes nações ao redor do mundo.

Ambas as consequências estão diretamente conectadas ao problema identificado por Losurdo como “idealismo da práxis”. Em outro sentido, ainda na linha da rejeição da “lógica binária”, Losurdo parece ter objeções teóricas à identificação imediata do Estado, do mercado e da nação como expressões da exploração de classe. Nessa linha, rejeita que a existência do Estado, em uma situação pós-revolucionária, signifique imediatamente a reposição da dominação de uma classe sobre a outra e, portanto, a reprodução da dominação de classes sob outras formas, como alguns autores defendem no caso da União Soviética. Tal como rejeita que a simples existência do mercado significaria imediatamente a subsistência de trocas desiguais e da extração de mais-valia do trabalhador, portanto, a reprodução da dominação de classes sob outras formas.

Em ambos os exemplos, Losurdo chama a atenção para o fato de que a absolutização desses critérios, para se avaliar cada momento histórico específico, desconsidera a mediação que o processo revolucionário impõe à teoria revolucionária na

práxis concreta da revolução. No primeiro caso, portanto, a existência imediata do Estado revolucionário não significaria a reposição da dominação das classes sob uma nova forma, mas sim uma mediação do processo revolucionário que procura trilhar o caminho de construção da nova ordem enfrentando os problemas reais e concretos que se colocam para as classes trabalhadoras.

Isso fica mais claro ainda no caso do mercado. Losurdo até mesmo cita a *Crítica do programa de Gotha*, de Marx, para resgatar o argumento de que o processo insurrecional de tomada do poder pela classe trabalhadora não significa a direta aquisição das condições necessárias para a abolição da produção de mercadorias e para a instituição do trabalho associado<sup>4</sup>. É necessário criar condições, inclusive econômicas, para abolir a mediação do mercado no interior das novas relações de produção, condições que coloquem, aos poucos, a necessidade de superação do tempo de trabalho socialmente necessário como critério de troca, ou seja, abolição do trabalho abstrato.

O que o autor está procurando fazer nessas ressalvas é “chamar a atenção” do “idealismo da práxis” para o fato de que a identificação imediata do Estado como expressão da dominação de uma classe sobre a outra, ou da propriedade como expressão da existência da exploração entre as classes sociais, reduz a simples existência do Estado e do mercado, em um determinado momento, como contrarrevolucionária. Ele está, no fundo, combatendo uma visão voluntarista da luta de classes, ou seja, que exacerba as possibilidades de mudança encerradas na vontade política e não considera os limites colocados para a ação dessa mesma vontade.

Nesse sentido é que insiste em asseverar que existem certas contradições nas relações sociais que não podem ser diretamente relacionadas com a luta de classes. Isso implica para Losurdo, de alguma forma, limitar o caráter totalizante da luta de classes como estrutura social, dando peso, conceitualmente, para o seu caráter *ativo*, mas menosprezando seu caráter *passivo*, seu caráter de determinação mediada e mediadora. Mas até que ponto é possível estancar o âmbito de atuação da luta de classes na história?

---

<sup>4</sup> Diz Marx: “Mas essas distorções são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como ela surge, depois de um longo trabalho de parto, da sociedade capitalista. O direito nunca pode ultrapassar a forma econômica e o desenvolvimento cultural, por ela condicionado, da sociedade. Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão social do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: ‘De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!’.” (MARX, K. 2012, p. 32)

Sob qual mote é plausível dizer que a luta de classes, como a composição da sociedade civil, determina, ainda que indiretamente, as relações de força que se estabelecem no Estado, ou em que medida ela é determinada pela estrutura estatal ou pelo mercado, limitando o espaço de atuação das classes e o alcance da disposição dos seus interesses no interior do conflito social?

Isso é uma questão vital. Se a luta de classes não pode ser absolutizada, poderá ela ser estancada no interior de um âmbito da realidade social? Losurdo, aparentemente, erige sua teoria da luta de classes oscilando nessa polêmica. Ora ele critica o trotskismo e os anarquistas por absolutizarem as possibilidades de construção da vontade humana (a tese da crise de direção, a definição anarquista do sujeito revolucionário etc.), e essa parece ser, é preciso dizer, uma grande preocupação do nosso autor. Para isso ele realça a necessidade de garantir teoricamente o “caráter de ser” do Estado, do mercado e da nação, ou seja, a qualidade de condicionante da luta de classes. Ora, ele dá tanto peso para essas estruturas que se esquece de pontuar que indiretamente elas mesmas só podem ser constituídas como polarização dos interesses latentes das classes em conflito, no interior do tecido social. Até mesmo as estruturas são frutos da ação humana. Ao fim e ao cabo, tudo remete à teleologia humana, à ação do homem na história, às respostas dadas pelos indivíduos, cuja síntese resulta nos complexos da vida social. Reconhecer o caráter de ser do Estado, da Nação e do mercado, não implica eximi-los de serem também, ainda que indiretamente e por meio de diversas e intrincadas mediações, frutos das lutas de classes<sup>5</sup>.

## II

A lógica binária, diz Losurdo, foi justamente o que fez com que a III Internacional Comunista falhasse em seus objetivos de guiar o movimento comunista no interior das disputas internacionais. A razão pela qual a III Internacional esgota-se

---

<sup>5</sup> É importante considerar que o autor citado por Losurdo como uma grande contribuição para esse reconhecimento do “caráter de ser” do Estado, do mercado e da nação, no plano filosófico, é György Lukács, em sua obra póstuma, *Para uma ontologia do ser social*. (LOSURDO, 2015, p.257 ) Para Lukács, as condições gerais estabelecidas pela totalidade das relações sociais em um período histórico específico determinam o *ser social* desse período histórico, colocando para ele, no sentido genérico, possibilidades reais de sua atuação concreta. Portanto, Losurdo identifica bem a contribuição do filósofo húngaro ao debate. No entanto, Lukács também postula, após Marx, que a categoria histórica do *trabalho*, como protoforma da ação humana, permite acessar em um nível menos complexo os meandros desse mecanismo, demonstrando em que medida *teleologia* e *causalidade* se articulam no devir histórico resultando em um processo que é sempre *ativo*, ou seja, é sempre fruto da ação humana, mas que também é *passivo*, ou seja, determinado historicamente. Nesse sentido há uma dialética entre estrutura e história que não pode ser absolutizada para nem um dos pólos. Cf. LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. Boitempo. São Paulo. 2013. Capítulo sobre “Trabalho”.

historicamente, diz o autor, é justamente por sua leitura não compreender a ascensão do movimento revolucionário internacional na medida em que não conseguia responder às dinâmicas particulares da questão nacional nos diversos países que a compunham<sup>6</sup>. Presa a uma lógica binária que clamava pela guerra mundial revolucionária entre o bloco proletário e o bloco burguês, as respostas da Internacional não conseguiam responder concretamente as necessidades das diferentes nações. Por conta disso, aponta Losurdo, não é casual que logo após sua dissolução pôde ser observado, no século XX, o período mais intenso de explosões revolucionárias como guerras de libertação nacional. Significa que a grande organização internacional dos comunistas não estava preparada teoricamente para compreender a realidade a luta de classes na conjuntura posterior à Primeira Guerra Mundial, não estava “à altura do seu programa”. (*Ibidem*, p. 195)

Contudo, nos chama atenção o fato de que esta ponderação, do nosso autor, não é acompanhada pela preocupação de que a destituição da III Internacional significou, historicamente, a consolidação do Partido Comunista da URSS como centro dinâmico da teoria e prática revolucionária no mundo. Por mais que a III Internacional pudesse apresentar falhas, sua inexistência acabou centralizando tudo na figura dos dirigentes do Comitê Central do PCUS, em especial, na figura de Stálin<sup>7</sup>.

A questão nacional, no entanto, possui também outros meandros na história do movimento comunista. Pois, o postulado da necessidade do desenvolvimento das forças produtivas como condição para o processo revolucionário durante muito tempo foi a linha política de toque que guiou a atuação dos Partidos Comunistas no interior das nações dependentes e/ou subdesenvolvidas ao redor do mundo. A consequência dessa linha foram justamente as estratégias “etapistas” da revolução socialista, que defendiam a necessidade de se cumprirem certas “tarefas” de desenvolvimento das forças produtivas como uma etapa necessária ao processo de revolução socialista.

Claro que, quando Losurdo traz essa problemática, ele está lidando com uma real preocupação que perpassa o caráter da revolução socialista, a preocupação de que as possibilidades de “socialização da riqueza” em sociedades com baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, são extremamente problemáticas. Se Marx

---

<sup>6</sup> Para o autor, essa crítica pode inclusive ser estendida à IV Internacional, vista por ele como “a réplica farsesca da tragédia da Terceira”. (LOSURDO, D. 2015, p. 195)

<sup>7</sup> Fernando Claudín (1985), no seu livro *A Crise do movimento comunista*, indica como a III Internacional em um grande momento da sua história subordinou suas avaliações teóricas e suas leituras políticas às “razões de Estado” da União Soviética. CLAUDÍN, F. 1985, p. 113. Sobre isso, ver também a avaliação de DEUSCHTER, I. *A Revolução Inacabada: Rússia 1917-1967*. Civilização Brasileira. 1968. p. 65.



enxergava o comunismo como a superação do “reino da necessidade”, nada mais longe desse reino do que uma sociedade atrasada, que não possui capacidade produtiva nem de suprir adequadamente as necessidades mais vitais de seus cidadãos.

Losurdo condena enfaticamente (ver capítulo XII) as posições “populistas” que, de acordo com a “lógica binária”, somente veem o processo revolucionário como uma contraposição entre “ricos e pobres”, e que não se atentam para a necessidade de que as forças produtivas de uma sociedade devem alcançar um determinado patamar de desenvolvimento para que as relações de produção que baseiem a ordem social não sejam pautadas no que ele chama de “rude igualitarismo”, na socialização da miséria.

O autor pouco ou nada fala sobre a estratégia “etapista” ao longo do livro. De alguma forma se furta à polêmica de como lidar com o desenvolvimento, ou não, das forças produtivas anteriormente ao processo revolucionário. No entanto, no que se refere aos Estados pós-revolucionários, Losurdo é explícito na sua defesa do uso do mercado e do Estado para que, tanto interna quanto externamente, seja possível superar a desigualdade que o baixo desenvolvimento das forças produtivas conduz. Quando ele chama a atenção para as duas formas através da qual a “desigualdade” econômica se manifesta, entre os países e entre as classes, ele está procurando justamente constituir as mediações do tratamento dialético adequado para essa questão. E é baseado nesse tratamento que vai avaliar os rumos das principais experiências pós-capitalistas do século XX.

É por isso que nosso autor dedica boa parte de seu livro para aferir o caso chinês. Quando Losurdo vai fazer sua avaliação com relação aos rumos tomados pela economia chinesa no período posterior da 1979 ele conclui que não é possível considerar a luta de classes na China desconsiderando o contexto internacional que condiciona os rumos tomados pelo combate às “duas desigualdades” (externa, entre países e interna, entre Capital e Trabalho). No combate à primeira desigualdade, os rumos econômicos da China são bem-sucedidos na medida em que o desenvolvimento econômico permite a superação da desigualdade regional interna e a apropriação científica e tecnológica que propicia o desenvolvimento das forças produtivas. Não sem conflito, esse rumo político-econômico é fortemente combatido pelas potências ocidentais, uma vez que o Estado chinês, em sua leitura, dificulta a exploração do trabalho pelo Capital estrangeiro. As potências ocidentais condicionam a possibilidade de a China absorver investimentos e tecnologias à sua maleabilidade com relação às leis trabalhistas e iniciativas de distribuição de riquezas, internas, que dificultam a exploração do trabalhador chinês.

Para o autor, o desenvolvimento econômico de um país anticapitalista não está desvinculado do mercado mundial. E como é necessário que esse desenvolvimento ocorra, para que o objetivo socialista não seja apenas a socialização da miséria, o “ascetismo universal”, há que se recorrer ao mercado nesse momento do conflito histórico. O curioso é que Losurdo nem ao menos chega a colocar em questão se essa estratégia de desenvolvimento econômico chinês ainda serve de fato aos objetivos socialistas de acabar com a segunda desigualdade, entre Capital e Trabalho. Não questiona nem mesmo o simples fato de que o combate à segunda desigualdade na China se dê nos mesmos limites estabelecidos pelos “Estados sociais” do Ocidente, chegando inclusive a exaltar o fato de que tal política do Partido Comunista Chinês tirou “600 milhões de pessoas da miséria”. (*Ibidem*, p. 337)

Ora, para o leitor brasileiro é sugestivo o mote das “600 milhões” de pessoas “saindo da miséria”, pois os governos socialdemocratas petistas utilizam o mesmo bordão para se vangloriar acerca de sua função na administração do Estado brasileiro. Significa que o petismo, no Brasil, empreendeu um forte combate à desigualdade entre os países dominantes imperialistas e os países dependentes e ex-colônias, no mundo? Significa que internamente a burguesia brasileira foi golpeada por um Estado Social que reduziu suas margens de lucro para priorizar uma linha política de gestão do Estado voltada fortemente para a redistribuição de riqueza? Nós sabemos que não.

Se é certo que não se pode compreender corretamente os termos da luta de classes na China desconsiderando “o papel da burguesia ocidental”, a disputa nacional em torno do desenvolvimento econômico e etc., também não é menos certo que não se pode ignorar a dimensão interna do conflito, as articulações de força entre as classes e as frações de classe, e as tendências políticas que se desenham para a ordem social chinesa. Não estará, a sociedade chinesa, também constituída por uma sociedade civil que não pode mais “se reconhecer em uma ordem fossilizada”, como assevera o autor no que se refere à União Soviética no fim da década de 1980? Para Losurdo, entretanto, tal dimensão interna não é essencial para a avaliação das lutas de classes na China atual. O autor defende que a burguesia interna é controlada pelo Estado socialista tanto no seu poder político quanto nas possibilidades de extensão do poder da propriedade privada, internamente. (*Ibidem*, p. 339) E que existe uma disputa interna no Partido Comunista Chinês que opõe uma “corrente puramente nacional, que considera concluído o processo revolucionário com a conquista dos objetivos nacionais /.../, e uma corrente com objetivos muito mais ambiciosos, que remetem à história e ao patrimônio ideal do

movimento comunista”. (*Ibidem*, p. 339) O essencial, no que se refere à avaliação da luta de classes na China, na visão de Losurdo é o papel que a burguesia internacional, principalmente estadunidense, cumpre no sentido de combinar uma “pressão econômica” e uma “pressão político-ideológica” para barrar o avanço da China na superação das “duas desigualdades”. (*Ibidem*, p. 337)

Parece-nos evidente que tal abordagem tende a absolutizar o desenvolvimento econômico chinês posterior à década de 1970 como um legítimo caminho de continuidade dos ímpetus revolucionários de 1949, um caminho inclusive corrigido pela práxis política dos trabalhadores, que supera as manifestações de “idealismo da práxis” que assolaram diversos posicionamentos sobre os rumos dos Estados socialistas.<sup>8</sup>

Não é lícito questionar se há um limite entre a separação absoluta que Losurdo postula entre a concepção “binária” da luta de classes e a sua visão de “concepção dialética”, que se expressa na questão nacional de diversas formas de acordo com diferentes momentos históricos? O que possibilita afirmar que o desenvolvimento econômico de um país revolucionário estará sempre se encaminhando no sentido de superar a miséria interna para conseguir finalmente socializar a riqueza? Quando é possível dizer que o conflito pela “primeira desigualdade” deixa de ser “expressão da luta de classes” para se tornar disputa imperialista?

Os dilemas mais vívidos do movimento socialista do século XX se recolocam nesse grande livro do filósofo italiano. Debates que ainda suscitam sínteses importantes para que se transformem em lições no desenvolvimento de uma nova teoria da transição são resgatados e articulados em torno de uma teoria da luta de classes marxista. É certo que, no entanto, nem tudo são flores. As respostas que Losurdo dá muitas vezes são insuficientes, pois parecem se apegar completamente aos dilemas do momento histórico vivido pelo “socialismo real”. Atualmente o capitalismo se configura de uma forma diferenciada. Tanto os impasses da organização do processo revolucionário e insurrecional, quanto aqueles que dizem respeito à transição socialista estão hoje colocados de maneira qualitativamente diferenciada.

---

<sup>8</sup> “O operário chinês, ainda que vagamente consciente do fato de que o desenvolvimento tecnológico de seu país torna mais difícil a ‘anexação econômica’ (Lênin), isto é, a ‘agressão econômica’ e o ‘jogo econômico’ (Che Guevara) impostos pelo imperialismo aos países rebeldes, é muito mais próximo do ‘tribuno popular’ (protagonista da luta de classes revolucionária) do que o marxista ocidental, preocupado só com o salário. Diversamente de seu suposto defensor, aquele operário, de alguma maneira, intui o fato de que os principais antagonistas da luta de classes na China e arredores são, de um lado, a burguesia estadunidense e ocidental e, de outro, um estrato político revolucionário que se autonomizou, mas que, diversamente do que ocorreu na Europa oriental, continua a desfrutar de grande prestígio pelo fato de encarnar com coerência a causa da emancipação nacional”. (LOSURDO, D. 2015, p. 338-339)

Por fim, é mister ressaltar que Losurdo se esforça muito para nos oferecer respostas às problemáticas por ele levantadas. É preciso admitir que temas como os que ele se propõe a discutir geram divergências que entendemos ser saudáveis ao movimento socialista e ao pensamento marxista contemporâneo. Sua grandiosa capacidade de articular contribuições distintas e formular os fundamentos de uma nova síntese é algo de destaque. No entanto, como já apontado, as polêmicas são inúmeras e não haveria forma de esgota-las em uma resenha. A síntese será fruto do debate no seio do movimento socialista e pensamento marxista. O debate é contínuo e deve continuar.

## **BIBLIOGRAFIA**

BETTELHEIM, C. **A luta de classes na União Soviética**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979

CLAUDÍN, F. **A crise do movimento comunista vol. 1: a crise da internacional comunista**. São Paulo. Global. 1985.

LOSURDO, D. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. São Paulo. Boitempo. 2015

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social, II**. São Paulo. Boitempo. 2013

MARX & ENGELS, **Manifesto Comunista**. São Paulo. Boitempo. 2010

MARX, K. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo. Boitempo. 2012

DEUTSCHER, I. **A Revolução Inacabada: Rússia 1917-1967**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 1968.